

B3

Moedas

Ibovespa 177.895 pts ↓ -0,06%

Dólar Comercial R\$ 5,131 ↑ 0,87%

Dólar Turismo R\$ 5,341 ↑ 0,92%

Euro Comercial R\$ 5,917 ↑ 1,05%

Euro Turismo R\$ 6,162 ↑ 0,92%

Educação política entra na pauta do cooperativismo fluminense em encontro estadual de multiplicadores



A história da política fluminense foi o ponto de partida para uma tarde dedicada a discutir o futuro da representação institucional do cooperativismo. O Sistema OCB/RJ realizou, nesta terça-feira (4), o I Encontro Estadual de Multiplicadores do Programa de Educação Política do Cooperativismo Fluminense, reunindo dirigentes, colaboradores e cooperados de cooperativas fluminenses para debater o papel da educação política na defesa dos interesses do setor.

A programação começou com uma visita guiada ao Palácio Tiradentes, antiga sede da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e um dos prédios mais importantes da história política brasileira. Inaugurado em 1926, o edifício abrigou a Câmara dos Deputados até a transferência da capital para Brasília, em 1960, e atualmente recebe sessões solenes, visitas institucionais e atividades ligadas à preservação da memória política do estado. O objetivo da visita foi aproximar os participantes do ambiente onde importantes decisões públicas foram tomadas ao longo das últimas décadas, mostrando que a política também faz parte da construção da sociedade e, consequentemente, da realidade das cooperativas.

Cooperativismo precisa ocupar espaços de decisão

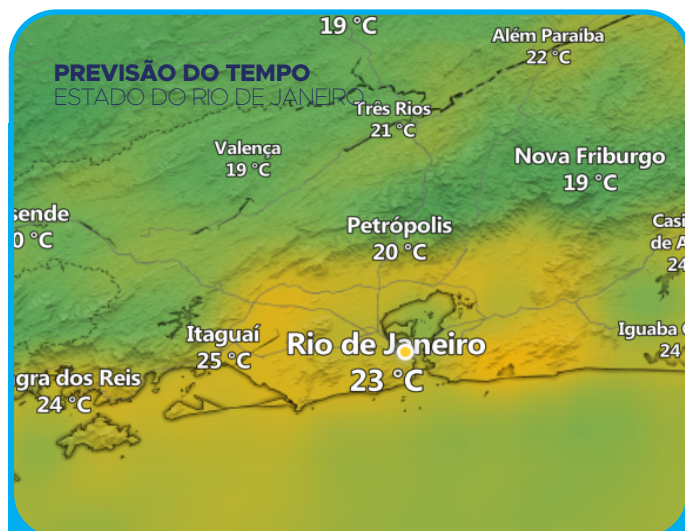
Após a visita, os participantes seguiram para o auditório do Sistema OCB/RJ, onde foi realizada a abertura institucional.

O presidente do Sistema OCB/RJ, Vinicius

Mesquita, destacou que o cooperativismo brasileiro já possui grande força econômica e social, mas ainda precisa ampliar sua atuação nos espaços de representação política.

“Temos um sistema cooperativista muito forte no Brasil, mas ainda perdemos muito espaço por falta de vivência política. Precisamos entender essa relação, ocupar esses espaços e construir uma representação qualificada.”

Segundo ele, a educação política vai além do conhecimento sobre eleições. “Mais do que ensinar política, queremos formar um grupo de representação capaz de acompanhar o que acontece, identificar quem apoia as pautas do cooperativismo e quem atua contra elas. No Paraná, praticamente nada relacionado ao



cooperativismo acontece sem diálogo com a representação política. Esse é um case que precisamos conhecer.”

Na sequência, o gerente de Relações Institucionais da OCB Nacional, Eduardo Lima Queiroz, apresentou o trabalho desenvolvido pelo Sistema OCB no acompanhamento das decisões dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e mostrou como a educação política pode contribuir para fortalecer a representação institucional das cooperativas.

Atualmente, o Sistema OCB acompanha 5.781 proposições no Congresso Nacional, 2.687 normativos com impacto para o cooperativismo no Poder Executivo e 18.721 decisões monitoradas nos Tribunais Superiores.

Para Eduardo, esses números demonstram que acompanhar a agenda pública deixou de ser uma atividade restrita às relações institucionais.

“A representação está no centro da estratégia do cooperativismo. Quanto maior for o envolvimento das cooperativas e de seus multiplicadores, maior será nossa capacidade de defender os interesses do setor.”

Ele também destacou que o multiplicador tem um papel permanente dentro das cooperativas.

“Esse profissional ajuda a disseminar as diretrizes do Programa de Educação Política, promove ações de cidadania, aproxima a cooperativa dos representantes públicos e atua como ponte entre os cooperados e a estratégia institucional do Sistema OCB.”

Política sem partidarismo

O encerramento do bloco de palestras ficou por conta do cientista político Humberto Dantas, mestre e doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Dantas é diretor-presidente do Movimento Voto Consciente e atua há mais de duas décadas na área de educação política, desenvolvendo projetos

para instituições públicas e organizações do cooperativismo.

Durante a palestra, ele defendeu que a educação política é um dos pilares para o fortalecimento da democracia e da gestão democrática nas cooperativas.

“Participação e educação são pilares da democracia. Por isso, um programa de educação política faz todo sentido na realidade cooperativa.”

Ao abordar o cenário das eleições de 2026, Humberto chamou atenção para a necessidade de separar posicionamentos individuais das estratégias institucionais das cooperativas.



“A educação política deve educar, não doutrinar. O cooperativismo precisa manter uma postura suprapartidária nas suas percepções e apartidária nas suas atitudes. Os governos passam. As cooperativas continuam.”

O palestrante também destacou que o relacionamento com o poder público exige preparo e continuidade.

“Participar exige tempo e preparo. Precisamos entender a política com maturidade, abrir espaços de diálogo e construir uma atuação coletiva.”

Experiências do Sul do país encerram a programação

O encontro foi encerrado com a roda de conversa “De coop para coop: o case da Educação Política no Sul do país”, conduzida por Tatiane Figura, da Coop. Bom Jesus (PR), e Michele Fernandes, vice-presidente da COOTRAVIPA (RS) e presidente da Fetrabalho/RS.

As convidadas apresentaram experiências desenvolvidas em suas cooperativas, compartilharam resultados obtidos com o Programa de Educação Política e mostraram como a atuação dos multiplicadores contribuiu para aproximar cooperados, lideranças e representantes públicos, fortalecendo a participação institucional do cooperativismo em seus estados.

Cooperativismo deve aproveitar eleições para ser mais reconhecido, afirma Fabíola Nader Motta

O ano eleitoral também é um período estratégico para as cooperativas. Em meio ao processo que definirá os rumos do país pelos próximos anos, o cooperativismo tem a oportunidade de organizar suas pautas institucionais, dialogar com os candidatos e ampliar sua presença no debate público. Segundo a superintendente do Sistema OCB, Fabíola Nader Motta, o principal desafio é consolidar o reconhecimento do coop como um movimento permanente, organizado e comprometido com o interesse coletivo.

“O cooperativismo promove desenvolvimento local, gera oportunidades, fortalece cadeias produtivas, amplia o acesso a serviços e contribui para a redução das desigualdades. Quanto mais a sociedade compreender esse papel, maior será a capacidade do movimento de influenciar positivamente as decisões públicas”, afirma.

A consolidação desse reconhecimento, segundo a gestora, requer uma atuação institucional consistente, baseada no diálogo, na informação qualificada e participação cidadã, sem abrir mão da neutralidade partidária.



Leia a entrevista completa:

Sistema OCB: Como as cooperativas devem se preparar para as eleições gerais de 2026? É possível participar do processo sem comprometer a neutralidade partidária?

Fabíola Nader Motta: As eleições representam uma oportunidade para que as cooperativas ampliem sua participação no debate público e fortaleçam sua presença em temas que impactam diretamente seus cooperados e as comunidades onde atuam. A preparação começa muito antes da campanha eleitoral. É fundamental que as cooperativas conheçam os principais desafios de seus territórios, organizem

suas pautas prioritárias e estejam preparadas para dialogar com candidatos, partidos e lideranças de diferentes espectros políticos. A força política do cooperativismo está vinculada à sua capacidade de mobilização, de apresentar propostas consistentes e de demonstrar os resultados concretos que gera para a sociedade. Nosso movimento está presente em milhares de municípios, reúne milhões de brasileiros e contribui para a geração de emprego, renda, inclusão financeira, produção de alimentos, acesso à saúde e desenvolvimento regional. Esse capital social e econômico confere legitimidade ao movimento para participar das discussões sobre o futuro do país. Manter a neutralidade partidária significa justamente concentrar a atuação institucional nas pautas de interesse do movimento. A cooperativa pode promover encontros, apresentar agendas de interesse, estimular o voto consciente e dialogar com todos os candidatos de forma transparente e equilibrada. O foco deve ser sempre a defesa de políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento das cooperativas e das comunidades, independentemente de quem esteja disputando ou ocupando os cargos eletivos.

Como o Sistema OCB orienta a participação cooperativista no processo eleitoral?

Para apoiar essa preparação, o Sistema OCB desenvolveu uma série de ferramentas reunidas no site Eleições 2026, criado especialmente para fortalecer a participação cidadã e a representação institucional do cooperativismo. Entre os materiais disponíveis está o documento Propostas para um Brasil Mais Cooperativo, que apresenta aos candidatos e tomadores de decisão uma agenda de contribuições do cooperativismo para o desenvolvimento econômico e social do país. As cooperativas também têm acesso à cartilha Cooperativismo e as Eleições 2026, que traz orientações de boas práticas na participação política, atuação institucional e engajamento responsável de cooperativas, cooperados e Organizações Estaduais no processo eleitoral. O objetivo é apoiar a promoção da educação política e do voto consciente, contribuindo para uma participação mais ativa, informada e alinhada aos valores do cooperativismo. Esse conjunto de ferramentas contribui para a formação de lideranças mais conscientes, capazes de participar de forma qualificada e permanente dos debates que impactam o futuro do setor e das comunidades onde atuam.

Como o cooperativismo consegue organizar suas pautas e levá-las aos candidatos?

No caso do documento “Propostas para um Brasil Mais Cooperativo”, essa construção ocorre de forma estruturada e participativa, com a escuta de lideranças cooperativistas de todos os ramos do cooperativismo e regiões do país. As propostas também são orientadas pelo Planejamento Estratégico do Sistema OCB e pelas diretrizes do nosso Congresso Brasileiro do Cooperativismo (CBC), que em sua última edição, reuniu cerca de 3 mil lideranças cooperativistas. A partir dessa escuta, os principais desafios, tendências e oportunidades são transformados em propostas objetivas, fundamentadas em dados e conectadas às diferentes realidades regionais. O resultado é a organização de uma pauta de prioridades que representa o cooperativismo brasileiro de forma ampla e demonstra aos candidatos, de forma concreta, como o setor pode contribuir para a inclusão produtiva, a redução das desigualdades, o fortalecimento da economia e o desenvolvimento sustentável do país.

Qual o erro mais comum das cooperativas no período eleitoral?

Talvez o erro mais comum seja tratar a participação política como uma ação pontual, restrita ao período eleitoral. Quando isso acontece, perde-se a oportunidade de construir relacionamentos institucionais duradouros e de acompanhar de forma efetiva as decisões que afetam o ambiente de negócios das cooperativas. Outro equívoco recorrente é concentrar esforços em pessoas específicas em vez de fortalecer pautas e propostas. O cooperativismo precisa ser reconhecido como um movimento permanente, organizado e comprometido com o interesse coletivo. Isso exige uma atuação institucional consistente, baseada em diálogo, informação qualificada e participação cidadã. Também é importante evitar a confusão entre participação política e partidarização. O cooperativismo tem o direito e o dever de defender suas pautas, mas sempre respeitando sua natureza plural e democrática, que reúne pessoas com diferentes visões políticas em torno de objetivos comuns.

Qual a ferramenta para apoiar essa atuação contínua?

O Programa de Educação Política. A iniciativa busca fortalecer uma cultura permanente de participação cidadã e representação institucional, oferecendo conhecimento, ferramentas e espaços de diálogo para que cooperados e dirigentes compreendam melhor o ambiente político e possam atuar de forma mais estratégica. Quanto mais preparadas estiverem

as cooperativas para acompanhar os debates públicos, organizar suas pautas e se relacionar com os tomadores de decisão, maior será sua capacidade de contribuir para a construção de políticas públicas alinhadas às necessidades das comunidades e ao desenvolvimento do cooperativismo.



Como a educação política na base ajuda a eleger representantes alinhados com o coop?

A educação política é uma das ferramentas mais importantes para fortalecer a representatividade do cooperativismo. Quando cooperados, colaboradores e dirigentes compreendem como funcionam os Poderes da República, quais são as atribuições dos cargos eletivos e como as políticas públicas impactam seu cotidiano, eles passam a participar de forma mais consciente do processo democrático. Essa conscientização contribui para que o voto seja orientado por propostas, histórico de atuação e compromisso com temas relevantes para o desenvolvimento das comunidades. Ao entender melhor o papel da representação política, os cooperados conseguem identificar candidatos que valorizam o empreendedorismo coletivo, a inclusão produtiva, a geração de oportunidades e o desenvolvimento sustentável. O resultado é um ambiente que contribui para o fortalecimento de espaços de representação como a Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop), que tem desempenhado papel fundamental na defesa de pautas estratégicas para o setor. A educação política fortalece, portanto, a cidadania e amplia a capacidade da sociedade de acompanhar, cobrar e participar das decisões públicas.

Quais cuidados a cooperativa deve ter com sua comunicação institucional durante o período eleitoral?

A comunicação institucional exige atenção redobrada durante o período eleitoral. As cooperativas devem assegurar que seus

canais sejam utilizados para informar, educar e promover o diálogo democrático, sem qualquer favorecimento ou prejuízo a candidaturas específicas. É fundamental observar as regras da legislação eleitoral e estabelecer critérios claros para participação de candidatos em eventos, entrevistas, debates ou conteúdos institucionais. Caso haja abertura para participação de agentes políticos, o tratamento deve ser isonômico e transparente. Nas redes sociais, é importante diferenciar claramente posicionamentos institucionais de manifestações individuais de dirigentes, colaboradores ou cooperados. A comunicação da cooperativa deve permanecer focada em suas pautas, em seus resultados e em seu compromisso com o desenvolvimento da comunidade. Além de evitar riscos jurídicos, essa postura fortalece a credibilidade e a confiança na instituição.

Como se informar sobre essas orientações específicas?

O Sistema OCB disponibiliza a cartilha de boas práticas Cooperativismo e as Eleições 2026, que oferece referências seguras para que as cooperativas possam se comunicar de forma transparente, com respeito à legislação e à sua neutralidade partidária, sem abrir mão de seu papel legítimo de apresentar propostas, promover o diálogo e contribuir para o debate sobre temas relevantes para o desenvolvimento local e nacional. Dessa forma, buscamos dar às cooperativas mais segurança para participarem de maneira responsável, alinhada aos valores e princípios do cooperativismo.

Qual o principal desafio do cooperativismo brasileiro nestas eleições?

O principal desafio continua sendo ampliar o conhecimento da sociedade e dos tomadores de decisão sobre o verdadeiro alcance do cooperativismo. Apesar da sua presença em praticamente todos os setores da economia e em milhares de municípios brasileiros, muitas pessoas ainda desconhecem a dimensão do impacto que as cooperativas geram na vida das comunidades. Essa falta de conhecimento pode limitar a inclusão de pautas estratégicas do cooperativismo nos programas de governo e nas agendas legislativas. Por isso, o desafio é político, mas também comunicacional e educativo. Precisamos mostrar cada vez mais que o cooperativismo oferece benefícios que ultrapassam o seu número de cooperados. Ele promove desenvolvimento local, gera oportunidades, fortalece cadeias produtivas, amplia o acesso a serviços e contribui para

a redução das desigualdades. Quanto mais a sociedade compreender esse papel, maior será a capacidade do movimento de influenciar positivamente as decisões públicas.

Como alcançar esse objetivo estratégico?

Superar esse desafio passa por ampliar o acesso à informação qualificada. Por isso, em 2026, o Sistema OCB dá um novo impulso ao Programa de Educação Política com um chamado claro: na hora de votar, #PensenoCoop. A nossa campanha convida o movimento cooperativista a fortalecer sua participação cidadã e a levar para o debate público seus valores e contribuições. Temos convicção de que a presença ativa do cooperativismo como parte da discussão e instrumento de políticas públicas, ajuda a gerar mais oportunidades, inclusão e prosperidade para milhões de brasileiros.

Que conselho você deixa para os dirigentes cooperativistas no período eleitoral?

Meu principal conselho é que assumam o protagonismo na construção do ambiente institucional em que suas cooperativas estão inseridas. As decisões tomadas nos parlamentos, nos governos e nos órgãos reguladores impactam diretamente a capacidade das cooperativas de crescer, inovar e gerar benefícios para seus cooperados. Por isso, é fundamental investir na formação política, estimular o engajamento cidadão e promover o diálogo permanente com lideranças públicas. Participar da vida democrática significa compreender os desafios do país, apresentar propostas, defender interesses legítimos e contribuir para a construção de soluções coletivas. O cooperativismo nasceu da participação, da organização e do compromisso com o bem comum. Esses mesmos valores devem orientar sua atuação no debate público. Quando cooperativas e cooperados entendem a importância da representação política e se mobilizam em torno de pautas comuns, todo o movimento ganha força para construir um Brasil mais próspero, inclusivo e cooperativo. Também recomendo que os dirigentes engajem com nossos materiais de apoio e de comunicação, disponíveis no site Eleições 2026, que podem ajudar as cooperativas a transformarem sua relevância econômica e social em maior capacidade de participação nos debates que definirão o futuro do país. Quanto mais preparadas estiverem as lideranças cooperativistas, maior será a contribuição do movimento para a construção de políticas públicas alinhadas às necessidades das pessoas e das comunidades.